



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATAÇÕES TIC - 01 DOC OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº  
0565499 / 2020 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC**

Com a finalidade de suprir necessidade de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação identificada por esta unidade e em consonância com os procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013, elaboramos o presente Documento de Oficialização da Demanda.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE DA SOLUÇÃO**

**1.1 Unidade:**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

**1.2 Descrição da Necessidade:**

Trata-se de dispor de solução para realização de videoconferências pela Internet. A ferramenta se tornou imprescindível com o distanciamento social e advento do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19.

**1.3 Responsável pela Demanda:**

**Eduardo Gil Tivanello**, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

**1.4 Custo Estimado:**

O Custo será levantado durante a confecção do Estudo Preliminar.

**2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Para compor a equipe de planejamento da contratação, indicamos:

**2.1 Integrante Demandante:**

**Marco Yêrcó Mendizabel Cabrera**, Coordenador de Soluções Corporativas.

**2.2 Integrantes Técnicos:**

**Humberto Sgrott Reis**, Chefe da Seção de Arquitetura de Serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.3 Integrante Administrativo:**

Deverá ser indicado pela SAOFC.

<cargo< span=""></carga<>

### **3. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A ação está inscrita no Plano de Contratações de TIC 2019, onde se registrou o vínculo com o objetivo estratégico de TIC designado como prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.

A demanda também está vinculada ao Plano Estratégico Institucional 2015-2020, pois viabiliza entrega relevante para o objetivo estratégico designado como aperfeiçoamento da governança e da infraestrutura de TI.

### **4. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

- a. assegurar continuidade do serviço que permite a realização de sessões plenárias por videoconferência;
- b. assegurar continuidade do serviço que permite a realização de reuniões de trabalho por videoconferência.

### **5. ENCAMINHAMENTOS**

**Ao(s) servidor(es) da STIC** indicado(s) como **integrante(s)** da equipe para ciência, concomitantemente,

**à SAOFC**, para indicação do integrante administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação. Após,

**à Diretoria Geral**, para análise e, em caso de aprovação, posterior publicação da portaria instituindo a equipe de planejamento da contratação, que ficará responsável pela elaboração do Estudo Preliminar e Termo de Referência.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO GIL TIVANELLO**, Secretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação, em 12/08/2020, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**CONTRATAÇÕES TIC - 02 ANÁLISE VIABILIDADE Nº 0656892 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**

Porto Velho, 02 de fevereiro de 2021.

**1- NOME DA SOLUÇÃO DE TIC**

**1.1 SOLUÇÃO DE TIC:** Aquisição de solução para realização de videoconferências pela Internet. A ferramenta se tornou imprescindível com o distanciamento social e advento do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19.

**1.2 VALOR DA AQUISIÇÃO INFERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO PELO ART. 23, II, "A" DA LEI N. 8.666/93 - ESTUDOS PRELIMINARES RESTRITOS À ANÁLISE DE VIABILIDADE SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO PARA PRORROGAÇÕES:**

**1.2.1** Estabelece a Resolução CNJ n. 182/2013:

*Art. 12. A execução da fase de Elaboração dos Estudos Preliminares da STIC é obrigatória independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de:*

*I – inexigibilidade;*

*II – dispensa de licitação ou licitação dispensada;*

*III – criação ou adesão à ata de registro de preços;*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*IV – contratações com uso de recursos financeiros de organismos internacionais; e*

*V – termos de cooperação, convênios e documentos afins com uso de recursos financeiros de instituições nacionais.*

***§ 1º Os Estudos Preliminares da STIC deverão contemplar as seguintes etapas:***

***I – Análise de Viabilidade da Contratação;***

***II – Sustentação do Contrato;***

***III – Estratégia para a Contratação; e***

***IV – Análise de Riscos.***

***§ 2º Os documentos resultantes das etapas elencadas nos incisos do § 1º poderão ser consolidados em um único documento.***

***§ 3º Os documentos relacionados nos incisos II, III e IV do § 1º deste artigo não são obrigatórios para as contratações ou prorrogações, cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.***

***Art. 14. O documento Análise de Viabilidade da Contratação deverá conter, sempre que possível e necessário, os seguintes elementos:***

***I – a definição e a especificação dos requisitos, a partir da avaliação do Documento de Oficialização da Demanda e do levantamento:***

***a) das soluções disponíveis no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação e seus respectivos fornecedores; e***

***b) de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.***

***II – identificação das diferentes Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que atendam aos requisitos, considerando:***

***a) a disponibilidade de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;***

***b) as soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>);***

***c) a capacidade e as alternativas do mercado de TIC, inclusive a existência de software livre ou software público;***



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*d) a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário;*

*e) a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto;*

*f) a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus);*

*g) o orçamento estimado que expresse a composição de todos os custos unitários resultantes dos itens a serem contratados, elaborado com base em pesquisa fundamentada de preços, como os praticados no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação em contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, entre outros pertinentes.*

**III – a análise e a comparação entre os custos totais das Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos produtos, insumos, garantia e serviços complementares, quando necessários à contratação;**

**IV – a escolha da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação e a justificativa da solução escolhida, que contemple, no mínimo:**

*a) descrição sucinta, precisa, clara e suficiente da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação escolhida, indicando os bens e/ou serviços que a compõem;*

*b) alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos;*

*c) identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização;*

*d) relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados.*

**V – a avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual, abrangendo, no mínimo:**

*a) infraestrutura tecnológica;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) infraestrutura elétrica;*
- c) logística de implantação;*
- d) espaço físico;*
- e) mobiliário;*
- f) impacto ambiental.*

***Parágrafo único. A Análise de Viabilidade da Contratação deverá ser realizada nas prorrogações contratuais, ainda que, de contratos assinados anteriormente à publicação desta Resolução. Nesse caso, é obrigatória a observância do inciso II, alíneas 'a', 'c', 'g', e inciso III do art.14.***

**1.2.2** Estima-se que a aquisição ora pretendida possui valor bastante inferior ao patamar definido pelo dispositivo legal supracitado e atualizado pelo Decreto n. 9.412, de 18/6/2018, atualmente de R\$ 176.0000. Assim, os estudos preliminares se resumem a esta análise de viabilidade simplificada na forma do parágrafo único do artigo 14 da Resolução CNJ n. 182/3013.

## **2- REQUISITOS DE NEGÓCIO DA ÁREA DEMANDANTE**

**2.1** No ano de 2020 o mundo passou a conviver com a situação de emergência de saúde pública de relevância internacional reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), decorrente da propagação da COVID-19 (novo Coronavírus), impondo, em todo o mundo o distanciamento e o isolamento social como principais medidas adotadas para contenção da curva epidêmica e preservação do sistema de atendimento à saúde.

**2.2** No âmbito corporativo a utilização de videoconferências - que já vinha sendo uma ferramenta complementar para diversos eventos - se intensificou de forma drástica, sendo atualmente a única ferramenta eficaz para manter o distanciamento social com a adoção do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19, que deve perdurar pelo ano de 2021 e enquanto não solucionada de forma definitiva o contágio da doença, o que só deverá ocorrer com a vacinação da maioria da população.

**2.3** No Poder Judiciário prevalecem as normas que disciplinam o distanciamento dos agentes públicos por meio do teletrabalho e o atendimentos dos usuários dos serviços por ferramentas digitais que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contribuam para o distanciamento social, são exemplos a Resolução CNJ nº 313/2020 que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial; o regime de Plantão Extraordinário instituído na Justiça Eleitoral pela [Resolução n. 23.615, de 19 de março de 2020, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE](#), buscou uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID 19), e garantir o acesso à justiça neste período emergencial, a Resolução TRE-RO n. 10/2020 e a Portaria Conjunta Nº 1 / 2021.

**2.4** Em função desse quadro ainda de extrema cautela e prevenção do contágio da doença, torna-se imperioso a manutenção de um plano corporativo que possa proporcionar uma ferramenta confiável e eficaz para a realização de videoconferências, utilizadas para as diversas reuniões entre magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, sessões de julgamentos da E. Corte Regiinal, contatos com entes e instituições externas. Além disso, a funcionalidade também permitirá a realização de eventos de maior amplitude, como encontros, simpósios e similares.

**2.5** A ferramenta deverá atender às seguintes configurações:

- I - Modalidade de Plano corporativo;
- II - Permitir no mínimo 10 anfitriões ao mesmo tempo;
- III - Incluir até 300 participantes;
- IV - Suporte telefônico dedicado;
- V - Painel de instrumentos do administrador;
- VI - URL personalizado;
- VII - Opção para implementação local;
- VIII - Domínios gerenciados;
- IX - Conexão única;
- X - Marca da empresa;
- XI - E-mails personalizados;
- XII - Integração LTI;
- XIII - Transcrições de Gravação em Nuvem.
- XIV - Publicação automática em plataformas como Youtube e Facebook.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As quantidades estimadas foram dimensionadas tomando-se por referência o número máximo de participantes em um determinado evento.

### **2.1- REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

Não se aplica.

### **3- LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS**

#### **3.1 ANÁLISE DE VIABILIDADE SIMPLIFICADA (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013):**

##### **3.1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO QUE ATENDAM AOS REQUISITOS:**

###### **3.1.1.1 Disponibilidade de solução de tecnologia da informação e comunicação similar em outro órgão ou entidade da administração pública (Art. 14, II, "a", Resolução CNJ N. 182/2013):**

1. Zoom - Esta plataforma é utilizada por vários tribunais para atender a demanda de publicação de sessões;
2. MicroSoft Teams - O TSE utiliza essa plataforma para realizar reuniões internas e apresentar integrações com os produtos da Microsoft como por exemplo : Word, Excel e Exchange.
3. Cisco Webex - O CNJ utiliza essa plataforma para realizar grandes reuniões.
4. Google Meet - Esta plataforma é integrada com as soluções do google, como por exemplo : Google Drive, Google Docs e outros. O TJRO o utiliza para realizar audiências virtuais.
5. ezTalks- Aplicativo para video conferência gratuito.
6. Jitsi - Plataforma recomendada pelo CNJ para tribunais que ainda não possuem aplicativos de video conferência.

###### **3.1.1.2 Capacidade e as alternativas do mercado de TIC, inclusive a existência de software livre ou software público (Art. 14, II, "c", Resolução CNJ N. 182/2013):**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Software	Descrição	Licença	Preço (Mês/Licença)	V
Jitsi	Ferramenta online Open Source (Código Aberto) que permite o seu uso de forma gratuita.	Open Source	N/A	1. loc pro ar da
Zoom	Software para video conferências	Gratuito	N/A	1. 2. mi
Zoom	Software para video conferências	Comercial Pro	R\$ 84,99	1. 2. 3. so Fa 4.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				5. Pe M
				6. RE co ap
Skype	Software para video conferências	Comercial	N/A	1. co for 2.
Microsoft teams	Software para video conferências	Gratuito	N/A	1. 2. mi
		Comercial Bussines Standard*	R\$ 71,40	1. 2. ho 3. * (C qu sin do
Cisco Webex	Software para video conferências	Gratuito	N/A	1. pa 2.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				1. 2. ho 3. * (C qu sin do
		Comercial Bussines	R\$ 152,80	
Google meet	Software para video conferências	Gratuito	N/A	1. pa 2.
		Comercial Workspace Essentials* * Para fins de contrato consideramos somente o aplicativo de vídeo conferência pois o fabricante disponibiliza o referido software dentro de um pacote de programas que fogem do escopo da avaliação.	R\$ 45,36	1. pa 2.
ezTalks	Software para video conferências	Gratuito	N/A	
		Comercial	R\$ 170,1	1. pa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				2.
				3.

\*Valores verificados no dia 11/03/2021

\*Foram analisados aplicativos com licenças corporativas.

\*Valor do dollar do dia 10/03/2021. = 5,67

### Referências:

- <https://www.webex.com/pricing/index.html>
- <https://zoom.us/pricing>
- <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/compare-microsoft-teams-options>
- <https://jitsi.github.io/handbook/docs/intro>
- <https://apps.google.com/intl/pt-BR/meet/pricing/>
- <https://www.eztalks.com/pricing>

### **3.1.2 ORÇAMENTO ESTIMADO EM PESQUISA FUNDAMENTADA DE PREÇOS E QUADRO COMPARATIVO (Art. 14, II, "g" e III, da Resolução CNJ N. 182/2013):**

De acordo com o quadro inseto no item **3.1.1.2** desta análise que revelou que o preço da Software para video conferências, **Comercial Pro da ZOOM**, único apontado como adequado para o atendimento da demanda, está compatível com outras ferramentas disponíveis no mercado.

Preço da assinatura anual: **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), de acordo com proposta de preços que contempla esse produto juntada no evento [0670114](#).

## **4- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

### **4.1. Identificação da Solução Escolhida:**

Software para video conferências, Comercial Pro da ZOOM.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4.2. A Escolha da Solução foi motivada:**

a) Pela necessidade de manutenção de ferramenta confiável e eficaz à realização de videoconferências pelas diversas unidades do TRE-RO;

b) Pelo atendimento do produto em relação às necessidades de negócio:

- A aplicação Zoom contratada na modalidade de 10 licenças atende todas as necessidades de negócio elencadas em 2.5.

c) algum diferencial em relação aos outros??

- As principais vantagens do Zoom frente à maioria dos concorrentes está na oferta maior de integrações
- Armazenamento de gravações ilimitado na nuvem
- Separação de participantes em grupos durante uma videoconferência.
- Uma reunião, webinar ou conferência no Zoom Meetings oferece chat em tempo real, transferência de arquivos, controle de microfones, quadro de anotações e compartilhamento de tela de um ou mais membros com funções avançadas. É possível, por exemplo, compartilhar um material do computador e liberar o acesso para outra pessoa interagir com ele e fazer marcações. O administrador de uma reunião também pode separar participantes em grupos com videochamadas independentes para uma atividade pontual, e trazer todos de volta para uma única sala virtual após um determinado período.
- Qualidade de imagem transmitida superior ao Google Meet (1080 no Zoom e 720 no Meet) possibilitando apresentações de documentos e compartilhamento de telas mas detalhadas.
- Facilidade de integração com redes sociais, sendo que todo o processo de publicação se dá por dentro da ferramenta evitando o uso de aplicativos externos.

c1) Pelos benefícios a serem alcançados com a sua contratação:

- Manter uma ferramenta de videoconferência confiável e eficaz e permitir o isolamento social dos magistrados e servidores, principalmente daqueles em teletrabalho;
- Quando se trata da necessidade de realizar eventos online ao vivo ou reuniões com times grandes espalhados em vários locais físicos. Ferramentas como o Zoom permitem criar convites, enviar links de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acesso sem precisar que a pessoa tenha conta e criar um ambiente de verdadeira colaboração virtual

- Comunicação encriptada em um nível confiável, ponto a ponto.

d) Por possuir a capacidade e estar definida em quantidade suficiente (com base nos seus componentes de bens e serviços) para atendimento da demanda prevista.

e) Por possuir poucas desvantagens em relação aos outros produtos avaliados.

f) O TRE-RO já utiliza o Zoom para publicação de sessões plenárias e reuniões internas tendo assim construído base de conhecimento para que a referida plataforma possa ser explorada em todas as suas dimensões, como também reduz o tempo de aprendizado diante de outras plataformas.

g) Empresas que fornecem soluções de atendimento virtual já oferecem dentro dos pacotes de integração o Zoom, diminuindo o tempo de desenvolvimento de soluções integradas.

## **5- AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Não se aplica.



---

Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 16/03/2021, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **MARCO YÊRCO MENDIZABEL CABRERA**, Coordenador(a), em 16/03/2021, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO SGROTT REIS**, Chefe de Seção, em 16/03/2021, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.